

Despacho (extrato) n.º 2086/2012

Por meu despacho de 4 de janeiro de 2012, foram homologadas as deliberações do júri que procedeu à avaliação do período experimental da trabalhadora, Eduarda Maria Nogueira Pássaro Veiga Fanha, que ocupa um lugar da carreira e categoria de assistente técnica, do Mapa de Pessoal do Arquivo Distrital de Évora, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado devidamente outorgado e com produção de efeitos a 01/07/2011 com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao 5.º nível remuneratório da tabela remuneratória única. A referida trabalhadora terminou o referido período experimental com sucesso, em 31 de dezembro de 2011, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 17,37 valores.

18 de janeiro de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Abel Martins*.
205704436

Despacho (extrato) n.º 2087/2012

Por meu despacho de 1 de fevereiro de 2012, foi homologada a ata do júri que procedeu à avaliação do período experimental da trabalhadora Teresa Alexandra Marcelino Lisboa que ocupa um lugar da carreira e categoria de assistente técnica, do Mapa de Pessoal dos serviços centrais da Direção-Geral de Arquivos, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado devidamente outorgado e com produção de efeitos a 01/10/2011 com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao 5.º nível remuneratório da tabela remuneratória única. A referida trabalhadora terminou o referido período experimental com sucesso em 31 de janeiro de 2012 tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 18,08 valores.

1 de fevereiro de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Abel Martins*.
205706137

Direção-Geral das Autarquias Locais**Declaração (extrato) n.º 18/2012**

Torna-se público que S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, por despacho de 26 de janeiro de 2012, a pedido do município da Figueira da Foz e de Manuel Cavaleiro Simões, formulado nos autos de expropriação litigiosa que correm os seus trâmites no 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Figueira da Foz sob o n.º 1365/10.1TBF1G, autorizou a reversão de uma parcela de terreno com 8197 m² de área, correspondente à totalidade do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Buarcos sob o artigo 998 e descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz sob o n.º 4293, a qual foi identificada como parcela 4 na declaração de utilidade pública publicitada pela declaração (extrato) n.º 110/2005 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 82, de 28 de abril de 2005.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo do artigo 88.º, n.º 4 do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na Informação Técnica I-000106-2012, de 25 de janeiro de 2012, da Direção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.045.04/DMAJ, daquela Direção-Geral.

1 de fevereiro de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Paulo Mauritti*.
205703512

Despacho n.º 2088/2012

Nos termos do artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e na sequência da publicação do Decreto Regulamentar n.º 2/2012, de 16 de janeiro, que aprovou a orgânica da Direção-Geral das Autarquias Locais, da Portaria n.º 28/2012, de 31 de janeiro, que fixou o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e do meu Despacho de 1 de fevereiro de 2012, que criou as unidades flexíveis desta Direção-Geral, determino:

1 — É nomeada em regime de substituição, para o cargo de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) desta Direção-Geral, cargo de direção intermédia do 2.º grau, a licenciada Maria Fernanda Alves Pimenta, técnica superior do Quadro de Pessoal desta Direção-Geral.

2 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2012.

6 de fevereiro de 2012. — A Diretora-Geral, *Eugénia Santos*.

ANEXO

Nota relativa ao curriculum académico e profissional**Curriculum académico e formativo relevante**

Maria Fernanda Alves Pimenta
Licenciatura em Gestão pela Universidade Internacional;
Programa Avançado para Gestores Municipais da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

Situação Profissional:

Técnica Superior, área das Finanças Autárquicas, quadro de pessoal da Direção-Geral das Autarquias Locais.

Experiencia Profissional:

Entre 02.02.1990 e 30.10.2000 — Técnica na Câmara Municipal de Constância;

Desde 02.02.2000 — Ingresso na Direção-Geral das Autarquias Locais, detendo desde 28.06.2001 a categoria de Técnica Superior.

205708835

Inspeção-Geral das Atividades Culturais**Despacho (extrato) n.º 2089/2012**

Por meu despacho de 30 de dezembro de 2011, Sérgio Nuno Agraíno Rodrigues, técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-geral do ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi integrado automaticamente em posto de trabalho do mapa de pessoal da Inspeção-geral das Atividades Culturais, com efeitos a 30 de dezembro de 2011, mantendo a mesma carreira e posição remuneratória de origem, ao abrigo do n.º 9 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 11/2008, de 20 de fevereiro.

30 de dezembro de 2011. — O Inspetor-Geral, *Luís Silveira Botelho*.
205702402

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.**Contrato n.º 128/2012****Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 77/2011****Publicações****Entre:**

1 — O Instituto do Desporto de Portugal, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Avenida Infante Santo, n.º 76, 1399-032 Lisboa, NIPC 506626466, aqui representado por Augusto Fontes Baganha, na qualidade de Presidente, adiante designado como IDP, I. P., ou 1.º outorgante; e

2 — O Académico Futebol Clube (AFC), instituição de Utilidade Pública Desportiva, com sede Palacete do Lima, Rua Costa Cabral 186, 4200-208 Porto, NIPC 501 522 514, aqui representado por José Manuel Carvalho, na qualidade de Presidente, adiante designada por AFC ou 2.º outorgante.

De acordo com os artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto) no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto nos artigos 3.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 169/2007, de 3 de maio, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª**Objeto do contrato**

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à participação pela 2.ª outorgante da publicação do Livro Ciclo de Conferências — 100 Anos, conforme proposta apresentada pelo AFC ao IDP, I. P., constante do Anexo deste contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.